

Título	Acende Brasil: Eletrobras e os arautos do atraso
Veículo	Broadcast Energia
Data	16 de março de 2023
Autores	Claudio Sales, Eduardo Müller Monteiro e Richard Lee Hochstetler

broadcast
energia

ACENDE BRASIL: ELETROBRAS E OS ARAUTOS DO ATRASO

14:49 16/03/2023



Não deixa de ser preocupante que, apesar de estarmos na terceira década do século 21, surjam manifestações políti-

cas, algumas partindo do próprio Presidente da República, propondo um retrocesso na direção de um modelo de governança que a história provou incapaz de atender às demandas dos tempos modernos.

A privatização da Eletrobras passou a ser atacada pelos que pensam assim.

A Eletrobras foi criada como uma estatal, na década de 1960, época em que o Brasil não atraía capital privado suficiente para fazer frente à necessidade de ampliar a oferta de energia do País. Ela deixou um bom legado de seus primeiros tempos, tanto pelo parque de usinas e linhas de transmissão que implantou, quanto por desenvolver uma cultura técnica posteriormente disseminada em inúmeras empresas do setor elétrico.

Em um segundo momento inverteu-se a situação e ficou claro que o Estado não mais teria recursos suficientes para suportar os investimentos necessários para a expansão da oferta de energia. Coube então ao Governo e ao Congresso de então estabelecer as regras básicas que proovessem segurança jurídica para que investimentos privados viessem a ocorrer, a exemplo do que já vinha acontecendo em boa parte dos países.

A Lei das Concessões de 1995 e a criação da Aneel, agência reguladora do setor elétrico, dois anos depois, tornaram isso possível e, a partir daí, a atração de investimentos privados foi massiva, como bem demonstra o aumento de 326% na capacidade instalada de geração de energia de 1997 a 2022.

Neste período, em contraste com o bom legado da Eletrobras de seus primeiros tempos, a companhia foi alvo crescente de uso político que impôs perdas gigantescas, multibilionárias, tanto para o consumidor de energia quanto para o contribuinte brasileiro.

Neste período, em contraste com o bom legado da Eletrobras de seus primeiros tempos, a companhia foi alvo crescente de uso político que impôs perdas gigantescas, multibilionárias, tanto para o consumidor de energia quanto para o contribuinte brasileiro.

Alguns exemplos trágicos desse efeito são: (1) a "vitória" em leilões de transmissão de energia ofertando preços insustentáveis, que acarretaram prejuízos para a companhia e prejuízos para os consumidores de energia decorrentes da incapacidade da Eletrobras implantar os projetos nos prazos e condições contratadas; e (2) a própria destruição de valor da companhia, que só no período de 2012 a 2015 teve prejuízos de mais de R\$ 30 bilhões, com o valor de mercado da empresa chegando a valer 18% do seu valor patrimonial.

Dentre os principais entraves à eficiência das empresas estatais, a literatura econômica destaca: (1) a falta de disciplina orçamentária ("*soft budgets*"), pois eventuais déficits são cobertos por aportes governamentais (como os R\$ 3 bilhões que o Tesouro injetou na empresa em 2016); e (2) o uso político de que são alvo, ocasionando descontinuidade nas orientações da empresa de governo a governo, para dizer o mínimo.

No final de 2012, o Instituto Acende Brasil publicou um *White Paper* ("Gestão Estatal: Despolitização e Meritocracia") sobre a gestão estatal de empresas no setor elétrico¹. O estudo teve por base constatações empíricas e numéricas das empresas estatais e privadas de geração, transmissão e distribuição de energia. Em todos esses segmentos ficou constatado o baixo desempenho das empresas estatais em relação às privadas, tanto em termos econômico-financeiros quanto operacionais.

A despeito dessas evidências, vários políticos se opuseram à privatização da Eletrobras. Em 2018 chegaram a constituir uma "Frente Parlamentar" contra a privatização, e não é difícil supor que entre aqueles parlamentares estariam os potenciais promotores do uso político da estatal.

É, portanto, paradoxal que alguns arautos do atraso pretendam reverter a privatização da Eletrobras, que já está produzindo resultados positivos tanto no saneamento econômico da companhia (que vai possibilitar a retomada dos investimentos), quanto na sua blindagem contra o uso político (que tantos danos ocasiona para a sociedade brasileira).

A Eletrobras privada tem tudo para tornar-se uma empresa eficiente e desbravadora que poderá voltar a honrar a memória dos pioneiros que a constituíram. O consumidor de energia e o contribuinte brasileiro agradecem pelos novos tempos da Eletrobras-privada. Já certos políticos interessados nos cabides de emprego e em outros usos inconfessáveis dos tempos da Eletrobras-estatal, nem tanto.

**Claudio Sales, Eduardo Müller Monteiro e Richard Lee Hochstetler são do Instituto Acende Brasil e escrevem mensalmente para o Broadcast Energia.*

¹disponível em https://acendebrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/04/2012_WhitePaperAcendeBrasil_10_GestaoEstatalParte1_Rev0.pdf